

# Lula é o novo presidente do Brasil

PÁG. 5



Gilberto Leite

## Mauro Mendes tomou posse

O governador Mauro Mendes (União) tomou posse para seu segundo mandato como chefe do Executivo estadual. A cerimônia foi realizada na Assembleia Legislativa na tarde de domingo, 1º de janeiro. Em seu discurso, Mauro destacou que a missão para os próximos quatro anos não será fácil e que o grande desafio é tornar o Estado eficiente. “No segundo mandato, nós teremos missões e tarefas talvez um pouco diferentes, hoje nós temos um Estado que está figurando entre os melhores Estados do Brasil. O nosso grande desafio será o desafio da eficiência, daqui a pouco na posse dos nossos secretários eu quero falar um pouco mais isso, o quando esse tema da eficiência estará presente no dia a dia nos próximos quatro anos”

PÁG. 3

## Emanuel: Corte de ICMS gera crise em Cuiabá

Com o impacto causado no cofre municipal devido à redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), admitiu que vai adotar algumas medidas para “cortar gorduras” e fazer com que a administração se adeque à nova realidade financeira. Ele comentou que

o Município perdeu, em menos de seis meses, cerca de R\$ 63 milhões, devido aos efeitos da Lei Complementar nº 194/2022, que limitou as alíquotas do ICMS sobre os serviços essenciais

PÁG. 4

## Lula confirma Fávaro na Agricultura

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou o senador Carlos Fávaro (PSD) como ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O anúncio foi feito na manhã desta quinta-feira, 29 de dezembro, durante entrevista coletiva em Brasília. No total, o terceiro mandato do petista contará com 37 ministérios. Desde o final do segundo turno das eleições, Fávaro era um dos cotados para assumir a pasta, devido ao papel desempenhado na campanha eleitoral

PÁG. 3



Roberto Stuckert/Assessoria

## Júlio critica aliança do União com Lula

O deputado estadual diplomado Júlio Campos (União Brasil) disse que seu partido está fadado ao fracasso caso decida integrar a base aliada ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sem ouvir os parlamentares que foram eleitos ou reeleitos ao Congresso Nacional. Júlio comentou que se isso acontecer, a agremiação vai repetir o mesmo erro que cometeu nas eleições deste ano, quando lançou uma chapa à presidência sem apoio de grandes lideranças. A chapa encabeçada pela senadora Soraya Thronicke fez pouco mais de 600 mil votos

PÁG. 5

## Câmara de Cuiabá aprova a taxa do lixo

Por 14 votos a 8, a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, na sessão extraordinária desta quarta-feira, 28 de dezembro, o projeto de lei complementar que cria a taxa de coleta de lixo. O assunto foi bastante debatido neste ano, principalmente, sobre a sua obrigatoriedade, que gerou uma troca de acusações entre vereadores da base e da oposição. Uma emenda apresentada ao projeto estipula que nos bairros onde há três coletas por semana, o valor será de R\$ 10,60. Já naqueles com seis coletas por semana, o valor será R\$ 21,20

PÁG. 6

Gilberto Leite



## Pecuária amarga prejuízos e deve aumentar produção

Ministério da Economia



Para o próximo ano, os pecuaristas mato-grossenses continuarão mandando mais vacas para o abate, marcando mais uma virada do ciclo do setor, depois de uma das maiores retenções de fêmeas nos últimos anos. Conforme o Imea, houve um aumento de 7% no abate de machos e 14% de fêmeas nesse ano. Atualmente, a pecuária vem sofrendo com o aumento dos custos de produção, enquanto o preço da arroba se encontra no mesmo patamar de dezembro de 2020, em R\$ 252

PÁG. 7



## EDITORIAL

## A Deus dará

A fome avança cada vez mais rápido no Brasil e hoje atinge um patamar comparável à década de 1990, consolidando três décadas de retrocesso no combate a esse flagelo. Conforme os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, cerca de 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no Brasil, quase o dobro do que foi constatado pela primeira edição da pesquisa. De um ano para o outro, mais de 14 milhões de pessoas pas-

saram a viver sem ter o que comer.

Atualmente, mais de 15% da população brasileira enfrenta a fome. Já o percentual de pessoas que convive com a insegurança alimentar saltou para 58,7%, o que representa 125,2 milhões de brasileiros com alguma dificuldade para conseguir manter sua alimentação. A crise econômica causada pela pandemia de covid-19 é responsável pelo avanço da fome no Brasil, mas não é a única explicação.

É importante destacar que a pesquisa ainda não captou os impactos da guerra na Ucrânia, que levou os preços dos alimentos às alturas em todo o mundo.

A dor da fome que aflige esses milhões de brasileiros não é resultado apenas da pandemia de covid-19 ou guerra ucraniana. É resultado da política econômica do atual governo, que ignora a parcela mais pobre da população e desmanchou a maioria dos programas sociais que ajudavam a combater a fome, por razões puramente ideológicas.

Diante da inflação descontrolada, a solução de Bolso-

naro para aliviar a fome no Brasil é pedir que o setor alimentício reduza seus lucros. Mais um esforço para empurrar para outras pessoas o resultado do fracasso de sua gestão. Aliás é a segunda vez que faz isso. Em 2020, Bolsonaro também foi pedir aos supermercados que lucrassem menos, devido ao aumento dos preços dos alimentos no primeiro ano da pandemia.

Desde 2017 têm soado alertas de que o aumento da desigualdade social, atrelado ao crescimento do desemprego e os cortes em programas sociais iriam resultar em um avanço significativo da fome e da miséria no Brasil. A pan-

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA  
**Unimed**  
Cuiabá

demia apenas acelerou essa crise que já era gestada no seio da economia brasileira. O governo brasileiro não soube, e ainda não sabe, dar uma resposta eficaz para resolver os problemas econômicos do país.

Os brasileiros foram abandonados à própria sorte.

## Hospital Municipal de Cuiabá

Emanuel Pinheiro (\*)

Acreditar e trabalhar para acontecer. Foi assim, que eu e minha equipe fizemos o sonho sair do papel e se materializar com a criação do Hospital Municipal e Pronto-Socorro "Dr. Leony Palma de Carvalho", em 28 de dezembro de 2018, com a entrega da estrutura física.

Foi a partir desta data, que a nossa gente recebeu o que tanto esperava: mais humanização da saúde pública, para pacientes de Cuiabá e de municípios do interior do estado de Mato Grosso, pois aqui todos são acolhidos.

O HMC não representa apenas o avanço na área da saúde, mas sim o respeito e a dignidade com a vida humana. Com a implantação de serviços nunca existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), padrão hospital privado para as famílias baixa renda, que não dispõem de um plano particular de saúde.

O HMC é pioneiro no tratamento com oxigenoterapia hiperbárica, considerado o divisor de águas na medicina, porque evita amputações e sequelas em decorrência de queimaduras e traumas.

Além desse serviço, a unidade oferece muitos outros que são referências no estado de Mato Grosso. Como o Centro de Tratamento de Queimados (CTQ) e o Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIATOX), ambos funcionam dentro do HMC.

Com a criação do Hospital Municipal de Cuiabá, os setores evoluíram na qualidade dos serviços prestados, com incremento dos recursos humanos, melhoria estrutural, mobiliários, aumento no número de profissionais e melhoria das bases de informações.

Outro destaque do HMC é o heliponto, para receber com mais rapidez pacientes vítimas das mais diversas patologias, que estão distantes. Além de facilitar o transporte de órgãos para a realização de transplantes em outras localidades. Em Mato Grosso, somente o Hospital Municipal de Cuiabá tem heliponto.

Na parte tecnológica, a hemodinâmica é um equipamento raro nos hospitais públicos, mas é disponibilizado no HMC, e vem salvando vidas de pacientes provenientes de patologias neurológicas.

Além deste, todos os equipamentos do HMC são de última geração e servem para re-

alizar vários outros exames como a tomografia computadorizada, raio x, ultrassonografia, eco doppler, endoscopia, colonoscopia, serviços laboratoriais de análises clínicas e modernos centros cirúrgicos.

Tenho muito orgulho de mudar o cenário da saúde pública com a ampliação de novos leitos hospitalares e o aumento da capacidade de atendimento. A estrutura do HMC compreende 315 leitos, sendo 225 leitos de enfermagem adulto, 30 leitos de enfermagem pediátrica, 50 leitos de UTIs adulto e 10 leitos de UTIs pediátricos.

Nesses quatro anos de existência, o HMC carrega consigo o título de mais novo e moderno hospital de Mato Grosso e um dos três melhores hospitais públicos do país, segundo o Ministério da Saúde, no quesito infraestrutura. A unidade hospitalar é referência em ortopedia, traumatologia, neurocirurgia e cirurgias em gerais. E são mais de 10 especialidades médicas no ambulatório para atender a nossa querida população.

Como gestor, sinto-me realizado, pois quando assumi a prefeitura de Cuiabá, em 2017, priorizei a saúde da nossa gente já que

o antigo pronto-socorro não possuía estrutura adequada. E a construção de um novo hospital e pronto-socorro foi necessária para humanizar o atendimento das pessoas.

Estou feliz, por deixar o meu legado para a minha querida Cuiabá, com a ampliação da oferta dos serviços, que resultou na redução da fila de espera por consultas e cirurgias eletivas.

Dedico o HMC a toda a nossa gente, e divido o aniversário do Hospital Municipal de Cuiabá, parabenizando toda a gestão municipal, a diretoria da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, que gere o hospital, bem como os servidores da unidade que tanto se dedicam em prol dos usuários do SUS.

Esses quatro anos de entrega da obra física do HMC é a celebração da minha gestão, e a conquista é de todos nós.

EMANUEL PINHEIRO é prefeito de Cuiabá.



## Temperanças econômicas

Vivaldo Lopes (\*)

Iniciamos 2023 sob o signo de nova liderança política nacional e elevadas expectativas por parte da população. No campo político, os grandes desafios são promover a unidade nacional, reduzir a pobreza e dar início a um ciclo de crescimento sustentado da economia. Para obter sucesso nesses desafios, o presidente Lula precisará de todo o capital político obtido nas urnas, exercitar todo o seu talento político para o diálogo e utilizar intensamente a ampla coalização política que construiu na vitoriosa campanha presidencial para garantir a governabilidade e promover os avanços sociais e econômicos tão esperados por todos os brasileiros.

O espectro fiscal não é dos mais animadores. O próximo governo recebe as contas públicas nacionais em situação similar à de terra arrasada. O superávit primário previsto para 2022 (receitas federais menos as despesas, antes do pagamento dos juros da dívida), foi obtido de forma forçada, com calote no pagamento dos precatórios (dívidas líquidas e certas, por decisão judicial de última ins-

tância), redução drásticas dos investimentos públicos, nenhum reajuste para os servidores públicos federais em quatro anos, adiamento de gastos em áreas essenciais, como saúde, educação, habitação e nenhum aumento real do salário mínimo e benefícios da previdência. Além disso tudo, por razões eleitoreiras, a equipe econômica promoveu desonerações tributárias que beiram aos 2% do PIB. Todas com término previsto para 31 de dezembro de 2022. Menos a redução das alíquotas do ICMS dos estados que é permanente. À guisa de exemplo, cito a desoneração de PIS/PASEP, Cofins e Cide dos combustíveis. A isenção desses tributos, que totalizaram 52 bilhões de reais, vale somente até o final de dezembro, retornando todos em janeiro próximo. Mesmo assim, na lei orçamentária anual de 2023, elaborada pelo atual ministro da Economia, Paulo Guedes, e aprovada pelo congresso nacional, está previsto um déficit primário de 220 bilhões de reais.

No cenário macroeconômico, as estimativas são de crescimento baixo do PIB, próximo a 1%, inflação persistente, na casa de 5%, taxa de desemprego de 8% e juros básicos de

13,75% que deve perdurar ao longo do ano. O ambiente da economia global continuará retraído em razão das medidas contracionistas tomadas pelos bancos centrais dos países europeus, asiáticos e Estados Unidos para combater as elevadas taxas de inflação que atormentam os três continentes. A invasão da Rússia sobre a Ucrânia contribuiu para o aumento de custos industriais e agropecuários, tracionando ainda mais os já elevados índices inflacionários. E a China vê sua atividade econômica desacelerar porque trava uma tsunâmica batalha contra o avanço dos casos de covid-19 em seu território.

O enfrentamento dos desafios nacionais exigirá muita temperança econômica para integrar boa governança pública, políticas econômicas acertadas para colocar o país na rota do crescimento, contemplando avanços sociais, equilíbrio fiscal e saudável governabilidade política, sem a qual as demais medidas ficam inviabilizadas.

Grande parte dos economistas, analistas financeiros e grandes "players" do mercado de capitais mostra ceticismo com a equipe econômica, liderada por Fernando Haddad. O time

fazendário é visto como expansionista de gastos, "estatizante" e muito paulistano. Fatos que, na percepção desses agentes, poderão resultar em medidas retardadoras da reaceleração da atividade econômica. E, por consequência, deteriorar ainda mais o ambiente de negócios. A resposta do "Time Haddad" precisa vir rápida e precisa, sob a forma de medidas que possam ser apresentadas, aprovadas pelo parlamento e implementadas ainda no primeiro semestre. As temperanças econômicas da jovem equipe econômica e a sabedoria política do presidente Lula, acostumado a liderar em ambiente hostil, são os principais fatores críticos de sucesso do governo que inicia pressionado pela esperança e altas expectativas dos cidadãos-contribuintes. A conferir.

\* VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA- Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



## Perspectivas para o novo ano

Neurilan Fraga (\*)

O fim de ano nos convida a reflexões, avaliações e ponderações diversas sobre o período que passou e também a fazer projeções sobre o tempo que ainda virá. O ano de 2022 foi desafiador para todos os brasileiros, que enfrentaram as ameaças da pandemia, a redução do poder de compra, a persistente desigualdade social, entre outras adversidades.

Em Mato Grosso, um estado privilegiado pela força do agronegócio, os prefeitos e prefeitas também tiveram que administrar dificuldades típicas da gestão municipal, que lida diariamente com as carências e principais demandas da comunidade.

As preocupações foram muitas, nem sempre proporcionais às soluções, mas apesar

dos problemas, entre os quais a redução de receita do ICMS neste segundo semestre, a avaliação ainda é positiva.

Os municípios conseguiram consolidar investimentos considerados essenciais, como construção de hospitais, unidades de saúde da família, pavimentação, escolas, e outras obras de infraestrutura que garantiram serviços de qualidade à população.

Durante todo o ano, a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) esteve ao lado dos gestores, apoiando, orientando e se mobilizando para garantir avanços institucionais. O aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de setembro, cujo repasse teve início este ano, é considerado uma das principais conquistas de 2022, bem como a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional 122/2015. A PEC proíbe a

criação de novos encargos para os municípios sem previsão de fonte de financiamento, garantindo aos prefeitos mais segurança fiscal e amparo financeiro para novas despesas.

Além de conquistas em âmbito nacional, intensificamos a atuação na esfera estadual. Por meio de uma parceria inédita com o Tribunal de Contas de Mato Grosso, mais de cinco mil servidores municipais participaram de cursos e eventos técnicos que contribuíram sobremaneira para preparar as equipes das prefeituras.

As capacitações começam a refletir nos resultados das gestões municipais, que passaram a atuar com ainda mais eficiência, fortalecendo esse importante princípio da administração pública. Além disso, praticamente nenhuma conta de prefeitura recebeu parecer prévio contrário do TCE, em uma demonstração de que a orientação é muito mais eficaz para assegurar resultados do que ações punitivas.

Também fizemos um acompanhamento constante da votação de projetos de interesse dos municípios na Assembleia Legislativa, onde conseguimos a aprovação de matérias importantes, como a que define a gestão do saneamento básico em Mato Grosso e a que estabelece o novo modelo de distribuição do ICMS no estado.

Tais projetos demandaram muita discussão e negociação, mas por meio de um entendimento e de uma parceria entre AMM, Assembleia Legislativa e Governo do Estado, chegamos a bom termo após amplo debate.

Parcerias com o Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública também foram formalizadas para atender os municípios e prestar serviço de qualidade à população. O trabalho conjunto com as instituições ampliou o debate sobre temáticas sociais e econômicas, como combate à fome e à violência doméstica, fortalecimento das juntas de conciliação, além da reorganização das serventias do foro extrajudicial. AAMM participou

ativamente dessas discussões, visando inserir os municípios no diálogo institucional e nas definições de diretrizes sobre os assuntos.

Finalizamos este ano comemorando a economia significativa de R\$ 108 milhões que a AMM garantiu aos cofres municipais, por meio da prestação de serviço. A nossa Associação, uma das poucas no país a atender os municípios com serviços técnicos, disponibiliza às prefeituras elaboração de projetos, Diário Oficial, assessoria técnica, jurídica, contábil, de comunicação, capacitação, entre outras áreas.

No próximo ano vamos buscar aprimorar ainda mais os nossos serviços para apoiar os gestores, que certamente terão novos desafios, considerando algumas incertezas típicas de início de novos mandatos.

Porém, estamos otimistas de que em 2023 também vamos superar as dificuldades, a exemplo do que ocorreu este ano. Considerando o potencial econômico de Mato Grosso, que apresenta crescimento acima da média do país, aliado à força, disposição e comprometimento dos gestores municipais, acreditamos que vamos superar eventual crise econômica e financeira que possa ocorrer.

Parabenizamos os prefeitos e prefeitas pelo ótimo trabalho em 2022, quando muitos realizaram mais do que tinham planejado, apesar dos contratamentos. Desejamos que o próximo ano seja pleno de vitórias e que possamos celebrar juntos cada conquista em prol dos municípios. Contem com a AMM, que estará sempre à disposição para a defesa das causas municipalistas e para apoiá-los na construção de municípios fortes e sustentáveis.

NEURILAN FRAGA é presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM)



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688



**PENTE FINO**

Os números podem ser traduzidos pelo resultado da última eleição, honrosamente recebemos 68,45% dos votos dos mato-grossenses

# Mauro Mendes tomou posse

Gilberto Leite

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888****FARMÁCIA**  
Unimed  
Cuiabá**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) tomou posse para seu segundo mandato como chefe do Executivo estadual. A cerimônia foi realizada na Assembleia Legislativa na tarde de domingo, 1º de janeiro. Em seu discurso, Mauro destacou que a missão para os próximos quatro anos não será fácil e que o grande desafio é tornar o Estado eficiente.

“No segundo mandato, nós teremos missões e tarefas talvez um pouco diferentes, hoje nós temos um Estado que está figurando entre

os melhores Estados do Brasil. O nosso grande desafio será o desafio da eficiência, daqui a pouco na posse dos nossos secretários eu quero falar um pouco mais disso, o quando esse tema da eficiência estará presente no dia a dia nos próximos quatro anos”, disse.

Ele lembrou que quando assumiu o comando do Palácio Paiaçu encontrou um cenário difícil, mas com o apoio da Assembleia Legislativa e com a aprovação de matérias importantes, conseguiu consertar Mato Grosso.

“Os números podem ser traduzidos pelo resultado da última eleição, honrosamente recebemos 68,45% dos votos dos mato-grossenses. Recebemos mais de 1 milhão e 114 mil votos, cada um desses votos depositou em mim, não só a mim, a todos nós que estamos no Executivo do Estado, uma nova missão, uma

missão que teremos que exercer ao longo dos próximos quatro anos, trabalhar com a mesma seriedade”, destacou.

Mauro disse que a intenção é tornar o Estado mais eficiente para entregar políticas públicas para os cidadãos e devolver em serviços os impostos pagos. O governador ainda pediu apoio dos deputados da bancada de Mato Grosso no Congresso Nacional citando que “os desafios serão diferentes, porém, não serão menores”.

Ao final, ele destacou que, apesar de ter feito muito, sente que poderia ter feito mais e lembrou que aos deputados que não só ele, mas todos têm o compromisso de tornar o estado melhor nos próximos anos.

“Estou aqui hoje mais uma vez assumindo esse cargo com a vontade, uma energia muito grande, aqueles que dizem, que pensam e que falam que um segundo mandato, às vezes, é um



Mauro toma posse e diz que desafio será tornar Mato Grosso mais eficiente

segundo mandato cansado onde os resultados não são tão bons quanto nos primeiros mandatos. Eu vou convidar todos vocês a torcer e

quem torcer contra eu acredito que vai perder porque nós vamos, com muita fé em Deus, com muita força, com muita determinação, traba-

lharmos nos próximos quatro anos para que esse mandato seja ainda melhor do que foi o primeiro neste Mato Grosso”, disse.

**MT NO GOVERNO**

## Lula confirma Fávaro como ministro da Agricultura

Roberto Stuckert/Assessoria

**Da redação**

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou o senador Carlos Fávaro (PSD) como ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O anúncio foi feito na manhã de quinta-feira, 29 de dezembro, durante entrevista coletiva em Brasília. No total, o terceiro mandato do petista contará com 37 ministérios.

Desde o final do segundo turno das eleições, Fávaro era um dos cotados para assumir a pasta na gestão do Lula. Além dele, também foram sondados para ocupar o cargo o ex-deputado federal Nilson Leitão e o deputado federal cassado Neri Geller (PP).

Uma das missões dele na chefia da Agricultura será tentar aproximar o setor com o governo, principalmente de Mato Grosso, já que grande parte dos produtores apoiaram a reeleição do atual presidente Jair Bolsonaro (PL). E, durante o período eleitoral, membros da Aprosoja de Mato Grosso

“decidiram” que Fávaro, Geller, e o empresário Carlos Augustin, não têm legitimidade para representar o setor como interlocutores em Brasília.

Segundo a Aprosoja, que representa a categoria, ao apoiar as políticas do Partido dos Trabalhadores (PT), eles entraram diretamente em divergência com os valores conservadores da classe produtora.

Fávaro se aproximou da esquerda para tentar dar musculatura ao projeto político de Neri Geller. Sem espaço na base do governador Mauro Mendes (União), eles articularam com a federação PT, PV e PCdoB a montagem de chapa majoritária, com Márcia Pinheiro (PV) ao governo e Neri ao Senado.

**ARTICULAÇÃO** - Para dar viabilidade à sua nomeação ao cargo, Fávaro trouxe para o PSD seus dois suplentes: Margareth Buzetti e José Lacerda, que eram do PP e do MDB, respectivamente. A medida foi para evitar qualquer medida que pudesse comprometer seu projeto.



Fávaro já era cotado para o Ministério da Agricultura, devido ao trabalho desenvolvido durante o período de transição

Durante a eleição, Buzetti apoiou Bolsonaro, fator que poderia complicar a ida de Fávaro para o Ministério da Agricultura. Buzetti comentou que, caso o senador seja nomeado para o staff de Lula, não será “oposição por oposição” e deverá apoiar projetos que sejam bons para o país, Mato Grosso e o setor produtivo.

**XADREZ POLÍTICO** - O anúncio dos futuros

ministros busca contemplar a formação de uma base de apoio mais robusta no Congresso, com a inclusão de nomes de partidos como PSD, MDB e União Brasil, que ficaram com ministérios como Agricultura, Minas e Energia, Comunicações, Transportes e Pesca.

O PT ainda assegurou para si pastas como Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Co-

municação (Secom) da Presidência, enquanto siglas aliadas no segundo turno, como PDT e PSol, ficaram com ministérios como a Previdência Social e Povos Indígenas.

As demais pastas foram preenchidas por Lula com personalidades de destaque em suas áreas ou pessoas de confiança do presidente eleito, como o general Gonçalves Dias,

novo titular do Gabinete de Segurança Institucional. Por oito anos, ele foi chefe da segurança pessoal de Lula.

Foram confirmadas também duas ex-candidatas à Presidência da República que embarcaram na campanha de Lula de maneira ativa: Marina Silva, que volta a preencher o Meio Ambiente, e Simone Tebet, que ficou com o planejamento.

**SEGUINDO O TCE**

## Após bate-boca, Câmara aprova contas de Emanuel

**Da redação**

Por 15 votos a 7, a Câmara de Cuiabá aprovou as contas da prefeitura do ano de 2020. A votação se deu durante a sessão ordinária realizada na manhã de terça-feira, 27 de dezembro. Os parlamentares seguiram o entendimento do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), que emitiu parecer favorável à aprovação.

Antes da votação houve muita discussão acerca do tema, principalmente em relação ao

tempo para analisar o processo. Alguns parlamentares comentaram que descobriram que as contas da prefeitura estavam na pauta poucos minutos antes da sessão.

O vereador Diego Guimarães (Republicanos) alegou que apesar da manifestação favorável, a equipe do TCE apontou algumas ressalvas na conta do governo municipal.

“Ao realizar a análise por fonte de recursos, a equipe técnica concluiu que houve insuficiência financeira de R\$ 107.588.346,96 para o

pagamento de restos a pagar das fontes 1, 2, 18, 19, 31, 32, 16, 14, 23, 26, 41, 42, 44, 45, 46, 47 contrariando assim o artigo 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal”, leu trecho do parecer.

O líder do prefeito na Câmara, vereador Adevaír Cabral (PTB), ressaltou que as contas foram aprovadas após análise dos conselheiros do TCE, maioria por conselheiros substitutos, e pediu para que a base votasse pela aprovação da matéria acompanhando o parecer a Comissão de Fiscaliza-

ção e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAeo).

“O parecer foi pela aprovação pelo Tribunal de Contas, inclusive com ressalvas, inclusive pelos conselheiros substitutos que achavam que eram judiciários, sempre acharam que eram judiciário, determinava que o prefeito poderia fazer ou não, com apoio do Diego Guimarães, com apoio do Abílio, com apoio do Wellaton, com apoio do Bussiki”, criticou.

Foram contrários a aprovação das con-

tas os vereadores Diego Guimarães, Dilemário Alencar (Podemos), Demilson Nogueira (PP), Eduardo Magalhães (Republicanos), Michelly Alencar (União), Maysa Leão (Republicanos) e Sargento Joelson (PSB).

Cezinha Nascimento (União) e Dr Luiz Fernando (Republicanos) estavam ausentes na hora da votação.

Logo após a votação, o prefeito comemorou a aprovação das contas de seu governo.

“Vivenciamos um ano extremamente atí-

pico em 2020 frente à maior crise sanitária já registrada e que acarretou em muita tristeza e adoção de medidas de austeridade. A Prefeitura de Cuiabá agiu para proteger às famílias, investiu muito na Saúde Pública, garantiu a abertura de leitos de UTIs e salvou vidas e, mesmo a tamanhas dificuldades sanitárias, realizou investimentos que refletiram na economia, no fomento a setores que foram severamente atingidos com a pandemia causada pela Covid-19”, destacou.



## VACAS MAGRAS

Prefeito anunciou a suspensão de obras não-essenciais para conter despesas, após redução de R\$ 63 milhões nos repasses ao Município

# Corte de ICMS gera crise em Cuiabá

Gilberto Leite

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

## Da redação

Com o impacto causado no cofre municipal devido à redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), admitiu que vai adotar algumas medidas para "cortar gorduras" e fazer com que a administração se adeque à nova realidade financeira.

Ele comentou que o Município perdeu, em menos de seis meses, cerca de R\$ 63 milhões, devido aos efeitos da Lei Complementar nº 194/2022, que limitou as alíquotas do ICMS sobre os serviços essenciais.

Por isso, a prefeitura deve segurar algumas obras que não são essenciais e deve alterar o cronograma de asfaltamento de alguns bairros para tentar arcar com o pagamento das empresas com outras despesas financeiras da prefeitura.

Ele lembrou que neste mês o Município, mesmo com dificuldade, conseguiu pagar o décimo terceiro de servidores ativos, inativos e contratados e quitar a folha dentro do mês trabalhado que, calculando todos os valores, dá em torno de R\$ 109 milhões.

"A prefeitura está nos trilhos. Vamos pagar R\$ 109 milhões em 10 dias, sem nenhum centavo do Governo do Estado, sem nenhum centavo do Governo Federal, é receita própria da prefeitura com toda essa queda. Imagina se esse dinheiro viesse. Eu vou mudar o cronograma de algumas obras que não são essenciais como praças, algumas pavimentações, que vai começar o perí-

odo das chuvas mesmo, segurar o custeio maior aqui", disse na última semana em entrevista à imprensa.

"A equipe, o comitê técnico de eficiência dos gastos públicos já está estudando e vai me apresentar, diminuir o combustível, vamos diminuir a frota de carro, diminuir a locação, são medidas na gestão que você faz todos os dias", complementou.

Emanuel destacou que a medida faz parte da administração pública e ressaltou que mesmo diante da adversidade, a prefeitura está conseguindo arcar com as despesas. Ele ainda desmentiu a informação de que existe a possibilidade de atrasar salários no próximo ano.

"Às vezes, é necessário fazer um pouco mais, dezembro é um mês que se gasta mais mesmo, devido ao décimo terceiro, a receita caiu de forma inesperada, então a gestão precisa ser reajustada como você ajus-



Emanuel determinou o corte de despesas não essenciais na Prefeitura, devido à queda nos repasses de ICMS

ta no orçamento familiar. Se você [...] Vamos supor que seu salário seja de R\$ 3 mil, e você projetou um aumento de salário para o próximo ano de R\$ 5 mil [...]

em todo o primeiro semestre você ganha R\$ 5 mil e em julho seu chefe chega e diz: "deu uma zebra aquela bonificação de R\$ 2 mil vai ter que tirar e seu salário vai

voltar a ser R\$ 3 mil". Você vai ter que fazer ajustes? Aquela viagem que você ia fazer, você vai cortar, você vai fazer o essencial para sua família", explicou.

## PACOTÃO DE BONDADES

# Câmara quer ressuscitar VI de chefes de gabinete

## Da redação

A Câmara de Cuiabá tenta novamente aprovar um projeto de lei para garantir o paga-

mento de verba indenizatória para chefes de gabinetes e para secretários do Legislativo. A proposta foi apresentada pela Mesa Diretora

nesta semana, em uma das últimas sessões ordinárias do ano, e prevê o pagamento de valores entre R\$ 4 mil e R\$ 8,5 mil.



Gilberto Leite

Além da VI para chefes de gabinete, Câmara quer pagar gratificação aos vereadores que participam de comissões permanentes

De acordo com a proposta, a VI para chefe de gabinetes será paga em "compensação às despesas excepcionais custeadas diretamente pelo agente público no exercício de suas atribuições e atividades externas, condicionadas ao cumprimento de metas definidas pelo Vereador a que está vinculado o servidor".

Além disso, a gratificação será paga em "compensação às despesas sobre sua atividade, bem como a não percepção de diárias, adiantamentos, ajuda de custo, valores para custeio de viagens, transporte, telefone celular e outras despesas

necessárias ao exercício do cargo".

No ano passado, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) suspendeu o pagamento da VI aos chefes de gabinetes. O Órgão Especial acatou o pedido feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), que questionava o pagamento do benefício. À época, o valor pago era de R\$ 7 mil.

**OUTROS AUMENTOS** - Além da VI, a Mesa Diretora apresentou projeto para criar uma gratificação de desempenho para os vereadores que participam das comissões permanentes. O benefício corresponderá até 35% sobre o salário dos vereadores, ou seja, cerca de R\$ 6,6 mil, aos que atuarem como

membro titular efetivo de duas comissões permanentes.

Segundo a proposição, o benefício é de natureza transitória e só será paga aos parlamentares que estiverem desenvolvendo as atividades nas comissões. Além disso, destaca que a medida tem como "critério de incentivo à produtividade".

Outra proposta que tramita no Legislativo aumenta o valor do auxílio-saúde dos vereadores.

O projeto estabelece que o benefício seja correspondente a 12% do salário do parlamentar dos parlamentares, que é R\$ 18.991,18. Atualmente, o valor do auxílio é de R\$ 1,6 mil. Caso seja aprovado, o valor sobe para R\$ 2,2 mil.

## PANTANAL EM RISCO

# Stopa questiona interesse de PCH no Rio Cuiabá

Gilberto Leite

## Da redação

O vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa (PV), refutou a possibilidade de instalações de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Rio Cuiabá. Ele pontuou que os empreendimentos causarão danos irreversíveis ao meio ambiente, que também serão refletidos na região do Pantanal mato-grossense.

"É a obrigação de cada cuiabano, de cada um que mora na Baixada Cuiabana, não só os cuiabanos, ser contrário a isso. Não só por Cuiabá, mas pelo nosso maior patrimônio, que é o Pantanal mato-grossense. Não é radicalizar. Nós temos que ter algumas bandeiras de luta e essas hidrelétricas, sem dúvida nenhuma, são

hidrelétricas, no rio já sacrificado, degradado, não respeitado, sem dúvida nenhuma a consequência será no Pantanal", disse Stopa, durante o evento de assinatura da ordem de serviço para requalificação do Mercado Municipal Miguel Sutil.

Stopa destacou que existem outras formas de geração de energia sem prejudicar o meio ambiente e questionou o interesse na instalação dessas PCHs no Rio Cuiabá.

"Nós temos a obrigação, até porque, nós temos outras formas de produzir energia sem utilizar e sacrificar o rio Cuiabá. Uma delas é a energia solar, que o governo insiste em taxar, sobretaxar e cobrar impostos. A outra, a energia eólica, vinda do vento. Então, nós temos

alternativas de produzir energia sem fazer esta agressão", defendeu.

O Município de Cuiabá sancionou a Lei nº 6.766/2021, que proíbe a instalação de Usinas Hidrelétricas (UHEs) e PCHs na extensão do Rio Cuiabá que atravessa o território municipal.

Logo após, a Assembleia Legislativa derrubou o veto do governador Mauro Mendes (União) e conseguiu sancionar a Lei nº 11.865 que também veda a instalação dos empreendimentos no Rio Cuiabá, desta vez em território estadual.

**AÇÃO NO STF** - A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os efeitos da lei estadual.

Na ação, a Abragel destaca que a medida usurpa a competência privativa da União de legislar sobre água e energia, e também de explorar os bens de seu domínio. Além disso, a associação destaca que o Rio Cuiabá é de domínio da União desde a sua foz no Rio São Lourenço, próximo à terra indígena Baía dos Guató, até a confluência com o Rio Mando, próximo de Nobres.

Além disso, a entidade reforça que apenas a União poderia elaborar qualquer norma sobre energia elétrica ou legislar sobre a possibilidade de construção de usinas hidrelétricas nos cursos de rios sob seu domínio.

Eles destacam que a concessão da liminar não traria prejuízos, já que as PCHs não seriam construídas de imediato e contariam com avaliações de impactos ambientais.



Stopa aponta que instalação de hidrelétricas no Rio Cuiabá representa ameaça ao Pantanal



**DISCURSO DE POSSE**

Esvaziaram os recursos da Saúde. Desmontaram a Educação, a Cultura, Ciência e Tecnologia. Destruíram a proteção ao Meio Ambiente

**Soberania serão pilares do governo**

FLICKR | LULA OFICIAL

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888****FARMÁCIA**  
**Unimed**  
Cuiabá**Agência Brasil**

Durante seu discurso de posse, no domingo, 1º de janeiro de 2023, no Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que os direitos e interesses da população, o fortalecimento da democracia e a retomada da soberania nacional serão os pilares do seu novo governo. “Nenhuma nação se ergueu nem poderá se erguer sobre a miséria de seu povo”, disse.

“Este compromisso começa pela garantia de um Programa Bolsa Família renovado, mais forte e mais justo, para

atender a quem mais necessita. Nossas primeiras ações visam a resgatar da fome 33 milhões de pessoas e resgatar da pobreza mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiros, que suportaram a mais dura carga do projeto de destruição nacional que hoje se encerra”, completou o presidente.

Lula lembrou da sua primeira posse, em 1º de janeiro de 2003, quando se comprometeu com a soberania alimentar da população. “Ter de repetir este compromisso no dia de hoje, diante do avanço da miséria e do regresso da fome que tínhamos superado, é o mais grave sintoma da devastação que se impôs ao país nos anos recentes”, disse.

A mensagem do presidente foi de esperança e reconstrução. “Em 2002, dizíamos que a esperança tinha vencido o medo, no sentido de superar os



Direitos da população, democracia e soberania serão pilares do governo

temores diante da inédita eleição de um representante da classe trabalhadora. Em oito anos de governo deixamos claro que os temores eram infundados. Do contrário, não estaríamos aqui novamente”, destacou.

Segundo Lula, o diagnóstico feito pela equipe

de transição de governo, será amplamente divulgado, “para que as pessoas saibam como é que encontramos o país e cada um faça sua avaliação”.

“Esvaziaram os recursos da Saúde. Desmontaram a Educação, a Cultura, Ciência e Tecnologia. Destruíram

a proteção ao Meio Ambiente. Não deixaram recursos para a merenda escolar, a vacinação, a segurança pública, a proteção às floresta e assistência social, desorganizaram a governança da economia, dos financiamentos públicos, do apoio às empresas, aos empreendedores

e ao comércio externo, dilapidaram as estatais e bancos públicos, entregaram o patrimônio nacional”, citou. “É sobre estas terríveis ruínas que assumo o compromisso de, junto com o povo brasileiro, reconstruir o país e fazer novamente um Brasil de todos e para todos”.

**NOVA FONTE****Mauro sanciona imposto sobre mineração de MT**

Gilberto Leite



Mendes não vetou a emenda apresentada pelo deputado Max Russi (PSB), que destina 10% do valor arrecadado aos municípios

**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União Brasil) sancionou a Lei nº 11.991, que foi publicada na edição do Diário Oficial desta segunda-feira, 26 de dezembro, que cria a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM). A matéria foi aprovada pela Assembleia na última semana.

A proposta foi apresentada aos deputados estaduais logo após a chegada do governador da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP-27), durante um almoço no Palácio Paiaguás.

À imprensa, Mauro explicou que a exemplo de outros setores produtivos que contribuem para o desenvolvimento do estado, o projeto

prevê a cobrança de uma taxa de fiscalização que, segundo ele, já é arrecadada em outros Estados.

Inicialmente, a expectativa do governo era arrecadar em torno de R\$ 200 milhões.

Ao chegar no Legislativo, os deputados tentaram costurar algo que não prejudicasse o setor e atendesse a expectativa do governo.

As alíquotas de alguns minérios foram alteradas durante discussões na Assembleia, como a do ouro. No texto do governo a cobrança seria de 0,035 da UPMT (Unidade Padrão) por grama do minério. Com o substitutivo integral, os parlamentares baixaram para 0,015.

No projeto, o governo colocou como estimativa de arrecadação um pouco mais de R\$ 158 milhões para 2023.

De acordo com a lei, o novo tributo será co-

brado de pessoas físicas ou jurídicas, autorizadas a realizar pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerais do território mato-grossense.

A isenção da taxa será apenas quando os minerais forem utilizados como insumo ou matéria-prima para a fabricação de agregados para a construção civil ou insumos para a correção ou fertilização de solo, exceto mármore.

**REPASSE AOS MUNICÍPIOS** - O governador não vetou a emenda apresentada pelo deputado Max Russi (PSB), que destina 10% do valor arrecadado aos municípios.

Esse repasse será mensal às 141 cidades, mediante critérios que serão definidos em regulamento pelo governo.

“Eu acho que foi um avanço, 10% para quem não tinha nada, já é um

avanço significativo e vai representar mais dinheiro aos cofres públicos dos municípios para educação, saúde, enfim... para todas as áreas que forem importantes para as cidades de Mato Grosso”, disse Russi após a votação do projeto na Assembleia.

**CADASTRO ESTADUAL** - Além da taxa, a nova legislação ainda cria o Cadastro Estadual de Controle e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (Cerm).

Serão obrigadas a se inscrever no Cerm as pessoas físicas e empresas que realizam pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerais.

O cadastro será feito pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e não será cobrado taxa.

**PEDIDO DE INDEPENDÊNCIA****“Se UB for com Lula, está fadado ao fracasso”****Da redação**

O deputado estadual diplomado Júlio Campos (União Brasil) disse que seu partido está fadado ao fracasso caso decida integrar a base aliada ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sem ouvir os parlamentares que foram eleitos ou reeleitos ao Congresso Nacional.

Júlio comentou que se isso acontecer, a agremiação vai repetir o mesmo erro que cometeu nas eleições deste ano, quando lançou uma chapa à presidência sem apoio de grandes lideranças. A chapa encabeçada pela senadora Soraya Thronicke fez pouco mais de 600 mil votos, o que representa 0,51% dos votos válidos no primeiro turno.

“Vejo com muita preocupação. Se o União

Brasil for compor com o governo de Lula sem ouvir as bases partidárias, mais uma vez irá ao fracasso, como foi com a candidatura própria da Soraya Thronicke. Não tem sentido o partido não reunir pelo menos os deputados federais e senadores. Eles têm que ser ouvidos, se querem ou não participar do governo”, disse Júlio, em entrevista à imprensa.

Nos bastidores, comenta-se que Lula ofereceu o Ministério da Integração Nacional para o União Brasil, com a esperança de ter o partido em sua base de sustentação e diminuir a bancada de oposição na Câmara e Senado Federal.

A ideia inicial é que o ministério fique com o deputado federal Elmar Nascimento, da Bahia, que foi o relator da PEC da Transição na Câmara

dos Deputados e é o líder do partido. O objetivo do petista é garantir uma governabilidade mais tranquila.

Porém, Júlio defende que a sigla permaneça pelo menos no campo da independência, dando apoio apenas a bons projetos do governo, já que a maioria dos filiados do União Brasil apoiava o adversário de Lula, o atual presidente Jair Bolsonaro (PL), que deixará o cargo na próxima semana.

“Eu acho que, nesse momento, não. O partido poderia ficar independente, apoiar os bons projetos de interesses do governo federal, mas sem, inicialmente, ocupar cargo. 80% das bases, ou mais, do atual União Brasil votou com Bolsonaro e perdeu. Quem votou e perdeu deve ser oposi-



Júlio defende que União Brasil recuse ministério oferecido por Lula em troca de apoio

ção. Não sendo oposição, pelo menos deve ser independente. Agora, já ir compor a troca de ministério, vai voltar ao

União Brasil aquela pecha que tinha no antigo PPL, de ser um partido governista. Qualquer um que estava no gover-

no o PPL estava, como é o caso do Centrão, PP, PSD... mudou de governo e não impede de ir ao governo”, comentou.



## SANEAMENTO

Nos bairros onde há três coletas por semana, taxa será de R\$ 10,60. Já naqueles com seis coletas por semana, o valor será de R\$ 21,20

# Vereadores aprovam taxa do lixo

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed

## Da redação

Por 14 votos a 8, a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, na sessão extraordinária de quarta-feira, 28 de dezembro, o projeto de lei complementar que cria a taxa de coleta de lixo. Veja como cada vereador no final da matéria.

O assunto foi bastante debatido neste ano, principalmente, sobre a sua obrigatoriedade. O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) tentou aprovar a matéria no ano passado, mas não conseguiu número de votos necessários para implementar a cobrança.

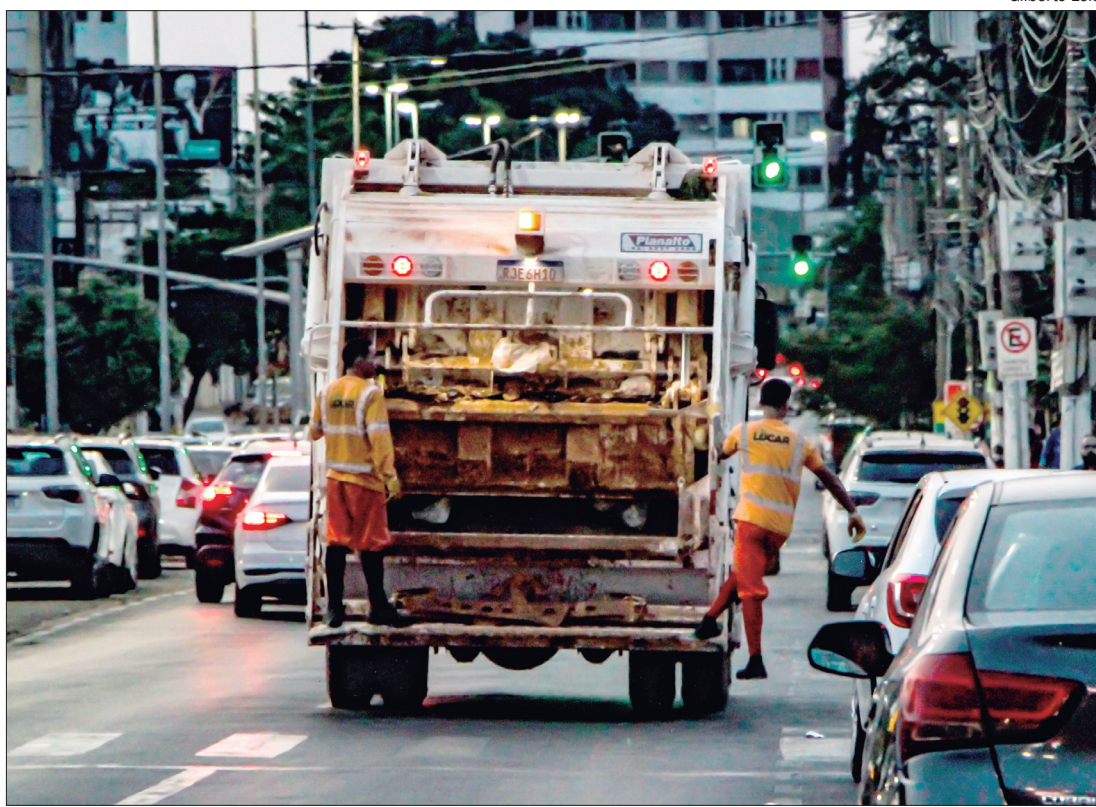
Antes da votação do projeto, o vereador Diego Guimarães (Republicanos) disse que não concorda com os pareceres emitidos pelas comissões permanentes, que foram pela aprovação. Ele destacou que em audiências públicas a Associação Mato-gros-

sense dos Municípios (AMM) e o Ministério Público disseram que não era obrigatório a instituição da taxa, como é dito pela base.

Ele ressaltou que a prefeitura não demonstrou como será investido o valor arrecadado com a nova taxa e nem qual será a destinação do valor economizado pela Prefeitura, que hoje paga pelo serviço de coleta na capital.

“Nós fizemos duas ou três audiências públicas e uma das principais discussões que nós tivemos aqui foi sobre a obrigatoriedade ou não da cobrança dessa taxa de lixo. Eu, por reiteradas vezes, disse que a prefeitura tinha orçamento suficiente para arcar com essa taxa de lixo obedecendo o Marco Regulatório de Resíduo Sólidos, a legislação federal, sem a necessidade de onerar ainda mais o bolso do cidadão”, destacou.

O líder do governo municipal, vereador Adevaír Cabral (PTB), rebateu a fala do colega e ressaltou que a cobrança é constitucional. Ele lembrou que em Rondônia já é cobrada a taxa de lixo e em todas as demais cidades do país, nos próximos anos,



Obrigatoriedade da taxa do lixo dividiu a Câmara, com intensa troca de acusações entre a base e a oposição

também irão implementar a cobrança.

Ele ainda acusou a oposição de tentar tumultuar o processo e jogar para a plateia.

“Eu fico olhando, observando os vereadores, alguns de oposição, tentando tumultuar o processo, tentando jogar a população contra a prefeitura, então eles ficam torcendo quanto pior a prefeitura estiver melhor para eles, fica metendo o cacete

contra a prefeitura, fazendo com que a prefeitura não pague, fique sem recurso”, disse.

O vereador Chico 2000 (PL) refutou a pecha de que a Câmara está dando um cheque em branco à sociedade. Ele comentou que uma emenda apresentada ao projeto estabelece os valores que serão cobrados.

Nos bairros onde há corretores com três coletas por semana o valor da cobrança será de R\$ 10,60. Já naque-

les com seis coletas por semana, o valor será de R\$ 21,20.

“Vamos levar informações verdadeiras para sociedade ao invés de ficar levando desinformações, isso não está correto, isso não é justo, vamos tratar a coisa de forma verdadeira. Outra coisa, eles [oposição] não disseram que os municípios que abrem mão de implantar esta lei ficam impedidos de contrair empréstimos para investimentos em

qualquer segmento do seu município”, informou.

Logo após, os vereadores começaram a discutir mais sobre o tema, dizendo que a base ou a oposição mentem à população.

## VEJA O PLACAR DA VOTAÇÃO:

## SIM

Adevaír Cabral (PTB)  
Chico 2000 (PL)  
Dídimo Vovó (PSB)  
Dr Ricardo Saad (PSDB)  
Edna Sampaio (PT)  
Lilo Pinheiro (PDT)  
Marcrean Santos (PP)  
Marcus Brito Júnior (PV)  
Pastor Jeferson (PSD)  
Paulo Henrique (PV)  
Professor Mário Nadaf (PV)  
Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania)  
Sargento Vidal (MDB)  
Wilson Kero Kero (Podemos)

## NÃO

Diego Guimarães (Republicanos)  
Dilemário Alencar (Podemos)  
Demilson Nogueira (PP)  
Eduardo Magalhães (Republicanos)  
Kássio Coelho (Patriota)  
Maysa Leão (Republicanos)  
Michelly Alencar (União)  
Sargento Joelson (PSB)

## AUSENTES

Cezinha Nascimento (União)  
Dr Luiz Fernando (Republicanos)

## RESPONSABILIZAÇÃO

# Sema zera fila de processos

Lorena Bruschi | Sema-MT

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) implantou um sistema de gestão que possibilitou zerar a fila de processos de multas ambientais que aguardavam decisão administrativa. Nos últimos quatro anos, foram julgados mais de 19 mil processos de multas ambientais. Hoje, a Secretaria analisa os processos dos anos de 2020, 2021 e 2022.

“Saímos de 10 anos de demora para julgar os processos administrativos para o prazo de três anos. E no ano de 2023 vamos julgar os autos de infração dentro do mesmo ano em que foram emitidos. É uma grande mudança de perspectiva da responsabilização em Mato Grosso, que passou a ser mais eficiente e assertiva”, explica a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

Ela afirma que a eficiência do órgão ambiental não permite mais que processos prescrevam, como acontecia no passado. A atual gestão assumiu a pasta com um passivo de mais de 14 mil processos, que foi

eliminado com mutirões de análise e julgamento.

“Temos apresentado esses dados para a Assembleia Legislativa, para os órgãos de controle, e, com isso, as pessoas vão mudando um pouco a visão. O crime ambiental não compensa e, cada dia mais, produtores e empreendedores estão procurando a regularidade ambiental”, afirma a secretária.

Além de zerar o passivo de processos de mais de 10 anos, a Secretaria está implantando a digitalização dos processos, por meio do Sistema Integrado de Gestão Ambiental Responsabilização (SIGA-R). Todos os novos processos irão tramitar de modo eletrônico, aumentando a transparência e o controle de prazos, eliminando o uso de papel no serviço público.

Também será possível que a defesa seja feita pela internet, possibilitando o acesso às informações e trâmites de qualquer lugar, beneficiando, principalmente, quem está no interior no estado. Atualmente, todos os novos autos de infração são lavrados eletronicamente e dão início aos

processos eletrônicos de responsabilização.

O SIGA Responsabilização faz parte do Programa Sema Digital, que integra o Mais MT, o maior programa de investimentos da história do Estado. No órgão ambiental, as ações incluem revisão, modernização e desburocratização da legislação ambiental, responsabilização e eficiência no licenciamento ambiental.

**CONCILIAÇÃO AMBIENTAL** - Como parte das medidas implantadas nesta gestão para promover a regularização ambiental, e coibir os ilícitos, foi criado o Programa de Conversão de Multas Ambientais, que incentiva a conciliação entre o Estado e infratores ambientais, por meio do decreto estadual nº1.436/2022.

Independentemente do valor da multa aplicada, quem aderir fica obrigado a reparar integralmente o dano causado. Conforme o superintendente de Gestão de Processos Administrativos e Autos de Infração (SGPA), Thiago Alves Donega, o mecanismo reforça o objetivo pedagógico da responsabilização, de possibilitar a reparação o mais breve possível, fomentar a regularidade ambiental, e que não ocorra a reincidência.

Ele destaca que, ao manifestar interesse na conciliação, o interessado assume a responsabilidade e evita os trâmites administrativos que culminariam em gastos com recursos públicos. A conversão se aplica a todos os processos administrativos de infrações até o trânsito em julgado.



Além de zerar o passivo de processos de mais de 10 anos, a Secretaria está implantando a digitalização dos processos

**Box de vidro em diversas cores e modelos**

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344  
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS  
www.casadosvidros.com.br

**PUBLICIDADE LEGAL**

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS  
CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS  
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR



**BUSCA DE EQUILÍBRIO**

Após amargar com prejuízos, pecuaristas buscam valorizar o preço pago pela arroba, que se encontra no mesmo patamar desde 2020

# Pecuária deve aumentar produção

José Medeiros/GCOM MT

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888****FARMÁCIA****Unimed**  
Cuiabá**Da redação**

Os pecuaristas mato-grossenses continuarão mandando mais vacas para o abate em 2023, marcando mais uma virada do ciclo da pecuária, depois de uma das maiores retenções de fêmeas nos últimos anos. Conforme o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), houve um aumento de 7% no abate de machos e 14% de fêmeas nesse ano.

Esse movimento de descarte de matrizes acaba pressionando o preço da arroba para baixo, pelo menos para os produtores, que devem receber menos pela carne nos meses futuros. Por outro lado, mesmo recebendo menos por arroba, os produtores conseguem aumentar os caixas das

fazendas, já que estão mandando mais volume de bovinos para serem terminados.

No médio prazo, os produtores buscam valorizar o preço pago pela arroba. Isso deve ocorrer porque com menos matrizes no campo, também deve reduzir a quantidade de bovinos para abate nos próximos anos, fazendo jus à lei da oferta e demanda.

Atualmente, o setor vem sofrendo com o aumento dos custos de produção, enquanto o preço da arroba se encontra no mesmo patamar de dezembro de 2020, em R\$ 252.

Por outro lado, o custo operacional total (COT) para produzir uma arroba de carne está em R\$ 265,50, no sistema de produção recria e engorda, um aumento de 62% do registrado em dezembro de 2019, ano pré-pandemia, quando o COT era de R\$ 164. Ainda em naquele ano, o preço da arroba estava em R\$ 182. Portanto, o pecuarista não amargava prejuízo.

Já em 2022, quando comparado o preço da arroba e o custo operacional total, o produtor



O setor vem sofrendo com o aumento dos custos de produção, enquanto o preço da arroba é o mesmo de 2020

amarga prejuízo de R\$ 13 por arroba, já que a @ está em 252 e o custo de produção em R\$ 265.

“Os custos se elevaram muito, tivemos alguns problemas na cadeia de suprimentos, justamente com a explosão dos valores de commodities. Tudo isso está trazendo prejuízo, não só para a cadeia bovina. Suínos e aves comem muito milho e soja, esse é um problema crônico para nós todos”, afirma Nilton Mesquita, gerente de relações institucionais da Acrimat.

A retenção de fêmeas teve como ‘gatilho’ a valorização da arroba do boi gordo, que saiu de R\$ 134 em 2018 para R\$ 182, em 2019, uma valorização de 35%. Essa valorização, por sua vez, é resultado de uma das fases do ciclo da pecuária, que foi registrada após descarte de fêmeas em anos anteriores, o que fez faltar machos para serem terminados, elevando os preços.

Porém, os custos de produção dispararam em Mato Grosso com o início da pandemia de

covid. Houve um aumento do COT em 22% no primeiro ano da pandemia (2020) e mais um aumento de 26% em 2021. Já em 2022, o COT teve aumento de mais 3%, alcançando R\$ 265 para produzir uma arroba de carne.

Conforme dados do Imea, consultados pela reportagem, em 2020, a atividade gerava R\$ 50 de lucro por arroba, já que o custo de produção estava em R\$ 201 e o valor da arroba em R\$ 251. Em 2021, os produtores também contavam com

bons lucros, auferindo R\$ 35 de ganho por arroba, considerando a @ em R\$ 290 e o COT, em R\$ 255.

Esse cenário, entretanto, se inverteu, já que o preço pago pela arroba voltou de R\$ 290 em dezembro de 2021 para R\$ 250 em dezembro desse ano. Portanto, o setor se prepara para intensificar oferta nos próximos meses, com o objetivo de reduzir a oferta futura e equilibrar os preços da arroba e do custeio, para tornar a atividade lucrativa novamente.

**ALGODÃO**

## Plantio atinge 3,61% da área plantada em MT

Christiano Antonucci



Cotonicultores têm até 15 de março para cadastrar propriedade e comunicar produção ao Indea

**Débora Siqueira | Assessoria/Indea**

Há menos de um mês do início da semeadura do algodão em Mato Grosso, 3,61% do total de 1,18 milhão de hectares da cultura já foram plantados, conforme estimativas do Instituto Mato-grossense de Agropecuária (Imea) de 23 de dezembro. Mato Grosso é o maior produtor de algodão do país.

A região 1, que engloba Sul, Leste e Nordeste de Mato Grosso, iniciou o plantio em 1º de dezembro, com encerramento previsto em 28 de fevereiro. Já na região 2 - Médio-Norte e Noroeste - os produtores começaram a plantar a partir de 15 de dezem-

bro, conforme o calendário de plantio estabelecido pela Instrução Normativa Sedec/Indea 001/2016, e devem encerrar também em 28 de fevereiro.

Os cotonicultores têm até 15 de março para comunicar a produção ao Indea, por meio de cadastro das propriedades. Na safra 2021/2022, foi informado que 747 propriedades rurais plantaram algodão em 1,16 milhão de hectares.

Até 14 de dezembro de 2022, o Indea realizou 1.234 fiscalizações do vazio sanitário do algodão, que durou de 1º de outubro a 30 de novembro na Região 1 e de 15 de outubro a 14 de dezembro na região Região 2.

Também foram realizadas 1.250 fiscalizações de ocorrência do bocado do algodoeiro e 629 fiscalizações de destruição dos restos culturais do algodão, que deve ocorrer até 30 de setembro.

“As medidas fitossanitárias do bocado do algodoeiro têm como objetivo a redução da população do inseto, dos danos causados pela praga à safra seguinte e, consequentemente, dos prejuízos por ela ocasionados. Para isso, os produtores contam com o Indea a campo orientando e fiscalizando o cumprimento destas medidas”, comentou a coordenadora de Defesa Sanitária Vegetal do Indea, Silvana da Silva Amaral.

**ALÍVIO AO CIDADÃO**

## Corte de impostos chega a R\$ 1,2 bilhão em MT

**Da redação**

A política econômica e fiscal de Mato Grosso teve um grande avanço nos últimos quatro anos. O Estado que tinha, em 2019, baixa credibilidade econômica e uma despesa maior do que a arrecadação hoje é referência em gestão fiscal devido às medidas adotadas desde o início da gestão. Esse bom desempenho permitiu a adoção de ações que beneficiassem toda a população, como os cortes e as reduções de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Ao longo de quatro anos, o governo reduziu e isentou os tributos em diversos setores produtivos e itens, em alguns casos de forma tempo-

rária, durante a pandemia de Covid-19, e, em outras situações, de forma definitiva.

O secretário de Fazenda em exercício, Fábio Pimenta, lembra que as medidas foram essenciais, principalmente durante a pandemia, para o cidadão e os empresários.

“Com as medidas, o Governo buscou não somente a redução da carga tributária, mas o fortalecimento da economia e das atividades econômicas, além do crescimento do emprego e da renda. São recursos que deixaram de entrar no caixa do Estado e ficaram com o cidadão e empresas em um momento de crise”.

Pimenta afirma, ainda, que a recuperação fiscal e econômica do

Estado e a boa gestão das políticas públicas foi o que permitiu a implementação das medidas de redução e isenção de impostos.

A redução no ICMS da energia elétrica, comunicação, gás industrial e combustíveis, por exemplo, contribuiu para o barateamento das contas, aliviando o orçamento de milhares de pessoas e também de empresas. Esse foi o maior corte de impostos proposto por um Governo Estadual, que desonerou R\$ 1,2 bilhão de impostos anuais para toda a sociedade.

Outra ação inédita foi a redução da base de cálculo do ICMS das operações internas promovidas por empresas dos setores de calçados, vestuário, confecções e

tecidos, concedida em 2021. O setor de bares, restaurantes e estabelecimentos similares também foi beneficiado pelo Governo que reduziu o ICMS a 2% sobre a receita bruta no fornecimento ou na saída de alimentação e bebidas.

“Esses dois setores reclamavam de uma carga tributária muito acima da que era exigida pelo Simples Nacional, o que dificultava a concorrência entre empresas que comercializavam o mesmo tipo de produto. As medidas que foram adotadas garantiram isonomia concorrencial nos segmentos econômicos”, afirma o secretário em exercício.

Outros itens essenciais à população e também beneficiados são os que compõem a ces-

ta básica, como carne, leite, farinha de trigo, sardinha, óleo de soja, margarina, macarrão, bolachas, leite, café, sal de cozinha, açúcar, entre outros. Para esses produtos o Governo manteve o ICMS reduzido. Já o arroz, o feijão e a banana são itens que possuem isenção de imposto em Mato Grosso.

**SAÚDE** - A área da saúde também recebeu benefícios, principalmente durante a pandemia de Covid-19, quando o Executivo isentou a cobrança ICMS sobre produtos destinados ao combate da propagação do coronavírus. A isenção alcançou operações de importação, interestadual e interna, incluindo a aquisição de insumos usados na fabricação, bem como as

prestações de serviços de transporte.

O Estado ainda concedeu isenção do ICMS e, em alguns casos, ampliou o rol de fármacos e medicamentos beneficiados. Eles são utilizados no tratamento de doenças como atrofia muscular espinal - AME, AIDS, câncer e outras morbidades.

Para os hospitais filantrópicos classificados como entidades beneficentes de assistência social, a isenção do ICMS incidente no fornecimento de energia elétrica foi prorrogada até 2024. O benefício é concedido por percentuais, publicados anualmente pela Sefaz. Em 2023, nove unidades de saúde de sete municípios terão direito ao benefício fiscal.



## PREPARE O BOLSO

Analistas do mercado já veem inflação acima de 6% em 2023, devido ao retorno da cobrança de Pis/Cofins e Cide sobre os combustíveis

## Volta de impostos pesará no IPCA

Gilberto Leite

Disk Farmácia  
Ligou. Pediu. Chegou.  
3648-8888FARMÁCIA  
Unimed  
Cuiabá

## Da redação

A volta da cobrança de Pis/Cofins e Cide sobre os combustíveis vai impor um desafio ainda maior para o Banco Central controlar a inflação, que deve se distanciar ainda mais da meta, estabelecida em 3,25% para 2023. Somado a isso, há o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) da não-essencialidade da gasolina, o que permite o aumento do ICMS sobre esse combustível.

Analistas do mercado já veem esse índice acima de 6%, como é o caso da gestora de recursos Kinitro Capital, que prevê uma inflação de 6,5% em 2023.

O economista Vivaldo Lopes, da V Lopes Econômica, pontua que a volta do Pis/Cofins e Cide sobre os combustíveis já era esperada, pois o governo atual fez essa isenção já com prazo determinado para encerrar no dia 31 de dezembro. Já o governo que vai entrar pediu para que a medida não fosse prorrogada, temendo desequilíbrio nas contas públicas.

Vivaldo pontua, por outro lado, que a Petrobras não deverá repassar esses aumentos de imediato para o restante da cadeia de distribuição.

"A minha leitura é que a Petrobras não vai repassar isso tão imediatamente, pode aguardar um pouco mais, pois os movimentos dos preços internacionais e do dólar caíram. Então, ela suporta, pelo menos no mês de janeiro e fevereiro, sem transferir imediatamente para os preços dos combustíveis a volta da cobrança dos tributos federais", afirma.

Sobre o ICMS da gasolina, o economista admite que o combustível não é tão essencial, mas avalia que a tributação em 17% é coerente e que os governos precisam aprender a conviver

com essa perda de receita. Ele cita Mato Grosso como exemplo. Mesmo perdendo R\$ 1,5 bilhão neste ano com a redução dos impostos, vai aumentar a arrecadação de ICMS em 5% acima da inflação.

"O governo suportou a redução dos tributos sem causar traumas na gestão fiscal e está dizendo que, mesmo com a redução tributária dos combustíveis, de energia, telecomunicações e transportes, o ICMS vai crescer ano que vem. A economia de Mato Grosso vai crescer 3,5% a 5% ano que vem. Quando a economia cresce, a arrecadação de ICMS também cresce", afirma.

A isenção do Pis/Cofins e Cide sobre os combustíveis começou em meados de 2022, quando o combustível estava com preços bastante elevados nos postos e o presidente Jair Bolsonaro perdia apoio de eleitores.

A retomada da cobrança visa fortalecer os cofres públicos, já que o cenário macroeconômico para 2023 é de incertezas. A equipe econômica do governo Lula estimava que haveria uma perda de arrecadação de R\$ 52,9 bilhões em 2023 caso a isenção fosse prorrogada.

Para alguns economistas, a decisão de não prorrogar a isenção de impostos foi acertada, visando o equilíbrio fiscal. Henrique Meirelles, que foi presidente do Banco Central nos dois primeiros governos Lula e ministro da Fazenda de Michel Temer, disse no Twitter que a decisão é um "exemplo" e que, apesar de impopular, é "absolutamente acertada".

"Não prorrogar a isenção de impostos sobre combustíveis para 2023 é um exemplo de decisão que pode ser impopular, mas é absolutamente acertada ao priorizar a responsabilidade fiscal sobre o interesse eleitoral. É importante que, gradativamente, haja novas sinalizações do futuro governo rumo ao equilíbrio fiscal. Se, em um primeiro momento, isso não atrai popularidade, levará a resultados mais sustentáveis na economia com maior crescimento", disse Meirelles.



Apesar do retorno da cobrança, economista acredita que Petrobras irá segurar o aumento nos preços para aliviar a inflação

## O ANO DO 'TUDO CARO'

## Inflação da construção chega a 9,4%

Akemi Nitahara/ABR

O Índice Nacional de Custo da Construção - M (INCC-M) subiu 0,27% em dezembro, acumulando alta de 9,40% de janeiro a dezembro de 2022. Em dezembro de 2021, o índice subiu 0,30%, com alta de 14,03%, em 12 meses. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

A taxa relativa a materiais, equipamentos e serviços passou de -0,23% em novembro para 0,38% em dezembro, com a taxa correspondente a materiais e equipamentos registrando alta de 0,37% no mês, após cair 0,35% no mês anterior. Entre os quatro subgrupos desse componente, dois subiram: materiais para estrutura passou de -0,98% para 0,62% e equipamentos para transporte de pessoas foi de 0,04% para 0,64%.

A taxa dos serviços passou de 0,35% para 0,43% em dezembro, com destaque para o

avanco de 0,35% para 1,35% na taxa da refeição pronta no local de trabalho.

O índice referente à mão de obra passou de 0,53% em novembro para 0,16% em dezembro, com alta acumulada de 11,76% em 12 meses.

**CONFIANÇA** - O FGV Ibre também divulgou hoje o Índice de Confiança da Construção (ICST), que se manteve relativamente estável, com variação de -0,3 ponto em dezembro, para 95,3 pontos. Este é o menor nível desde março de 2022 (92,9 pontos). Em médias móveis trimestrais, houve queda de 2,1 pontos.

Para a coordenadora de Projetos da Construção do instituto, Ana Maria Castelo, a confiança do empresário ao longo do ano acompanhou a retomada do setor, que teve um "crescimento expressivo" em números de PIB e geração de empregos em 2022.

"A desaceleração do ritmo de alta dos custos representou um alívio - nos quesitos de limitação à melhoria

dos negócios, o custo da matéria-prima perdeu o protagonismo até para as assinalações de Nenhuma Dificuldade."

No entanto, ela ressalta que em novembro e dezembro o cenário passou a refletir pessimismo quanto à evolução da demanda.

"O Indicador de Expectativas alcançou dezembro abaixo de 100, o que representa um pessimismo maior do que há um ano. Ou seja, os empresários já antecipam um arrefecimento da retomada. Vale notar que a atividade ainda deverá refletir esse ciclo recente por algum tempo, mas deve perder força com a queda na demanda".

**COMPONENTES** - Segundo o FGV Ibre, a leve queda no indicador reflete a piora na percepção dos empresários sobre o momento atual. O Índice de Situação Atual (ISA-CST) recuou 0,4 ponto, para 96,6 pontos, com influência do volume de carteira de contratos, que caiu 0,7 ponto, para 98,1 pontos, e da situação atual dos

negócios, que teve queda de 0,2 ponto, para 95 pontos.

O Índice de Expectativas (IE-CST) ficou estável, com queda de 0,1 ponto, para 94,3 pontos. O indicador de tendência dos negócios nos próximos seis meses caiu 1,1 ponto, para 92,3 pontos, e o indicador de demanda prevista nos próximos três meses subiu 0,9 ponto, para 96,3 pontos.

O nível de utilização da capacidade (Nuci) da construção registrou queda de 0,9 ponto percentual em dezembro, para 78,3%, com -0,8 ponto percentual em mão de obra (79,6%) e -2 pontos percentuais em máquinas e equipamentos (71,9%).

O Indicador de Demanda Prevista (DP) subiu 0,9 ponto em dezembro e não compensou a forte queda de 7,4 pontos do mês anterior. As edificações residenciais, setor de destaque na retomada recente da construção, a DP subiu 4,5 pontos, depois da queda de 10,9 pontos em novembro.

## SUSTENTABILIDADE

## Energia solar bate 19 GW de potência instalada

Gilberto Leite

Beatriz Albuquerque/ABR

A média de economia, quando se utiliza a energia solar em substituição à hidrelétrica, chega a até 90%. A estimativa é da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

O setor, que vem crescendo muito no Brasil, já ocupa o 3º lugar em geração de energia, perdendo apenas para eólica e hidrelétrica.

O país ultrapassou a marca de 19 gigawatts (GW) de potência instalada de fonte solar fotovoltaica. Desse total, 13 são de potência instalada em telhados, fachadas e pequenos terrenos. O restante

corresponde às usinas de grande porte.

O número é considerado histórico pelo setor e, com base neles, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que a capacidade instalada poderá dobrar até o início do ano que vem.

O presidente da Absolar, Rodrigo Sauer, disse que os crescentes ajustes nas contas de luz e a redução dos custos para instalação das placas fotovoltaicas explicam o crescimento desse tipo de energia no país.

A energia solar é considerada uma fonte limpa, que não produz resíduo ou poluição. Segundo a Absolar, essa energia evitou a emis-

são de quase 28 milhões de toneladas de CO2 (dióxido de carbono) na geração de eletricidade.

O custo de instalação, no entanto, não é baixo. Para residências, o preço médio é de R\$ 25 mil e para indústrias, de até R\$ 200 mil. Sauer afirmou ainda que esses valores devem cair. Como a redução nas contas mensais é alta, o investimento é recuperado em poucos anos.

Desde 2012, de acordo com dados da Absolar, a energia solar garantiu R\$ 10 bilhões em novos investimentos no Brasil, além de 640 mil empregos. A arrecadação aos cofres públicos foi de quase R\$ 40 bilhões.



Associação projeta que potência instalada deve dobrar ainda nos primeiros meses de 2023